

Jusçanio Umbelino de Souza\*

**E**ste é o tema da Campanha da Fraternidade, lançado pela Igreja Católica para este ano. Com efeito, o desemprego é um dos maiores flagelados dos trabalhadores nesta década, sejam decorrentes da modernização, dos avanços tecnológicos ou mesmo da abertura comercial. Não obstante, o nível de crescimento econômico do país apresentou uma dinâmica incompatível às necessidades de geração de empregos, provocando sistemático aumento do número de desempregados. Os índices nacionais vêm indicando vertiginoso crescimento nas taxas de desemprego, ultimamente impulsionados pela crise financeira internacional que solapou as bases econômicas do país.

No Distrito Federal a última taxa de desemprego divulgada, referente ao mês de dezembro de 1998, mostra que 19,9% da População Economicamente Ativa - PEA está desempregada (cerca de 172,4 mil pessoas estão a procura de emprego). Isso equivale a um crescimento de 48,2% comparativamente ao ano de 1992 (quando se inicia a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal - PED/DF) e de 48,9% em relação a julho de 1994 (quando em vigor o Plano Real). O contingente de ocupados, que alcançou a média de 692,0 mil no ano de 1998, revela um aumento de 9,7% em relação a dezembro de 1992 e de 5,6% frente a julho/94. Nesse sentido, a velocidade de crescimento da pro-

cura por emprego mostra-se nitidamente superior à taxa de crescimento do número de ocupados, implicando diretamente no aumento da taxa de desemprego. O gráfico abaixo mostra o comportamento da taxa anual média de desemprego no Distrito Federal de 1992 a 1997, ilustrando bem a sua escalada ascendente a partir de 1994.

Ao lado das vantagens oferecidas no contexto de uma economia com moeda estabilizada, o país não conseguiu debelar o aumento do desemprego, principalmente em função das modestas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB. O mercado tornou-se mais seletivo e grande número de trabalhadores (com perfis incompatíveis às exigências do mercado) caíram em situação de desemprego estrutural. Com a estabilização da moeda, nova ordem econômica se estabelece no país. Desaparece a ciranda financeira e a eficiência/otimização de recursos passa a nortear a manutenção de empresas no mercado concorrencial. Reduzir custos passa a ser a meta primordial para as empresas, visando oferecer produtos e serviços a preços competitivos (o enxugamento do setor bancário se dá nesse período). Isso resulta, em muitos casos, em redução dos quadros de pessoal através de demissões incentivadas ou não.



GAZETA MERCANTIL

Também a adoção de novas tecnologias implicou em mudanças nas relações capital/trabalho, provocando dispensas de trabalhadores. A perda de mercado de empresas brasileiras face à entrada maciça de produtos estrangeiros

favorecidos pela política cambial praticada no país, implicou em queda na produção e consequentemente, aumento do desemprego (um exemplo foi o que ocorreu na indústria automobilística).

Toda essa conjuntura afetou principalmente os jovens em busca do primeiro emprego e as pessoas com idade mais avançadas. A taxa de desemprego dos jovens de 10 a 17 anos passou de 36,2% em 1992 para 38,2% em 1994 e 52,1% em 1998. Na faixa etária de 18 a 24 anos passa de 24,2% para 23,8% e 30,3% respectivamente. Para a faixa de 40 anos e mais o desemprego cai de 6,9% em 1992 para 6,0% em 1994, saltando para 9,3% em 1998. A precarização do trabalho aumentou consideravelmente a partir de 1994 no Distrito Federal. No contingente de desempregados apresentam-se em maior proporção na faixa etária de 18 a 24 anos, a maior parte contém o primeiro grau incompleto e com vocação para a indústria de construção civil e agricultura.

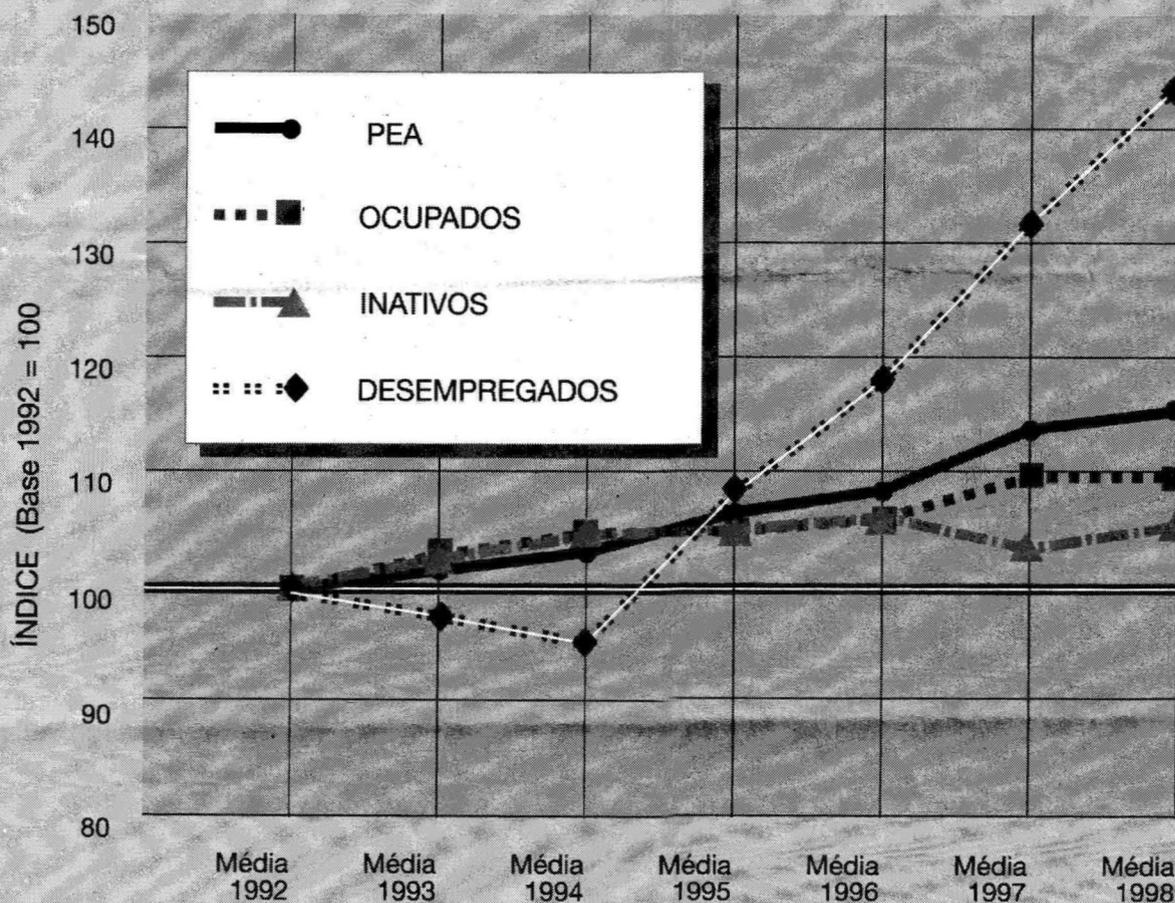
Dada a crise de emprego em nível nacional, a migração ga-

nhou força nesse período (de regiões mais carentes rumos às metrópoles). As chamadas "Cidades Dormitório" próximas ao Distrito Federal apresentaram taxas explosivas de crescimento demográfico. As regiões metropolitanas passaram a representar esperanças de novas possibilidades de sobrevivência para os excluídos, aumentando com isso a concentração dos bolsões de pobreza no entorno do DF. Do total de desempregados residentes no Distrito Federal, 19% estão no Distrito Federal a menos de 5 anos e são procedentes em maior número do Piauí, Bahia, Minas Gerais e Goiás. Isso veio a agravar o problema da incompatibilidade do mercado de trabalho local com o perfil de mão-de-obra a procura de trabalho.

Sair dessa crise requer políticas estruturais de emprego mais agressivas, fundamentadas no restabelecimento do crescimento econômico nacional. Precisamos ser mais cautelosos e comedidos quanto ao processo de globalização e a entrada de capitais externos voláteis no país. Desde que se iniciou a crise financeira internacional, com os "Tigres Asiáticos", das políticas recorrentes pelo governo brasileiro para conter a sangria de capitais externos, tivemos como resultado a redução ainda maior do nível de atividade econômica do país, o agravamento do quadro de inadimplência de empresas e consumidores, a elevação do déficit público e a ampliação da crise social.

As recentes estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE mostram que em 1998 o crescimento do PIB ficou abaixo das previsões dos economistas (0,15%), o pior resultado desde 1992. A renda nacional per capita medida em dólar caiu 4,7%. Também a recente mudança na política cambial brasileira trouxe à tona a possibilidade do retorno inflacionário. Estes indicadores sinalizam para um aprofundamento da crise neste ano, especialmente no campo do mercado de trabalho. O desemprego assusta e causa medo aos ocupados, causa desespero, sensação de perda de cidadania e dignidade aos excluídos e faz crescer a criminalidade correlacionada à sobrevivência. Urge para todos nós, especialmente para os formuladores e gestores das políticas públicas, uma grande reflexão sobre os rumos tomados pela economia brasileira nos últimos anos e sua correlação com aumento da exclusão social. Certamente encontraremos as respostas para a pergunta levantada pela CNBB.

MERCADO DE TRABALHO NO DF - 1992/1998



\*Economista e Ex Coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego / DF